



RELAÇÕES DE GÊNERO E AÇÕES NO ENSINO SUPERIOR: EM BUSCA DAS LÉSBICAS NA PRODUÇÃO ACADÊMICA

Luisa Bitencourt Martins ¹
Daniela Auad ²

RESUMO

O presente trabalho noticia pesquisa cujo objetivo é conhecer como – e se – lésbicas aparecem em um determinado conjunto de pesquisas sobre Ensino Superior que adotem a categoria gênero. Para empreender a análise, nos baseamos no conceito de heterossexualidade compulsória de Adrienne Rich, além dos textos de Audre Lorde sobre a relação entre opressões de gênero, raça, classe, etc. Fundamentadas nestas autoras, exploramos a urgência da visibilidade lésbica no campo de produção acadêmica como estratégia de enfrentamento às desigualdades vividas por mulheres. Para tanto, lançamos mão de revisão bibliográfica em 9 anais de congressos, sendo eles as últimas 3 edições de 3 eventos de relevância nacional para a área: Reunião Nacional da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), Seminário Internacional Fazendo Gênero e Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Foram selecionados para análise trabalhos sobre ensino superior que consideravam gênero em suas análises, resultando em 145 artigos. Foram criadas 10 categorias para análise Acesso e permanência na universidade, Ações na Universidade, Currículo, Estudos sobre Políticas Públicas, Percepções sobre gênero, Produção Acadêmica, Programas Mulheres nas Ciências, Quadro de docentes, Trajetórias Discentes e Trajetórias Docentes. Para este trabalho, selecionamos a categoria Ações na Universidade, com 16 trabalhos. Dentro desta categoria, buscamos os trabalhos em que a palavra lésbica aparecia, através da qual encontramos 8 trabalhos que analisamos neste artigo.

Palavras-chave: Lésbicas, Feminismos, Ensino Superior, Relações de Gênero, Educação.

INTRODUÇÃO

Encontrar dados sobre a população LGBT no Brasil se revela um desafio, apesar da temática já ter sido assumida de diferentes maneiras pela produção acadêmica. Recentemente, destacam-se alguns relatórios que contribuem para este panorama geral, como *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório 2018*, do Grupo Gay da Bahia, que registrou 420 mortes violentas desta população (GGB, [2019]). Além deste, há o Projeto de Pesquisa Lesbocídio (2018), desenvolvido pelas pesquisadoras Milena Cristina Carneiro Peres, Suane Felipe Soares e Maria Clara Dias, através de pesquisa vinculada pelos Programas de Pós-graduação em Filosofia da UFRJ e em Bioética, Ética Aplicada e Saúde Coletiva da UFRJ/UFF/UERJ/Fiocruz, que aponta 117 mortes influenciadas pelo fator lésbica entre janeiro e setembro de 2018. Ambos os relatórios marcam a dificuldade em encontrar informações e reforçam a subnotificação, advertindo que se faz urgente obter dados mais próximos a realidade

¹ Mestranda em Educação da UFJF, bolsista CAPES bitencourtluisa@gmail.com.

² Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFJF, auad.daniela@gmail.com.



para modificar o *status* de vulnerabilidade social da população LGBT, através de políticas públicas e ações das diferentes esferas governamentais, o que prescinde também de conhecimentos científicos.

No tocante à academia, o aumento de estudos relacionados a gênero, desde 1980, no Brasil, se faz significativo para a ampliação das lutas dos movimentos sociais e permite o aprofundamento acerca da complexidade de tais questões, circulando através da publicação de teses e livros (PENALVO; ZAGO; KA, 2009). Sobre a inserção das mulheres na academia, a pesquisadora Fúlvia Rosemberg (2001) concebe importante pesquisa em que destaca a rápida inclusão de matrículas de mulheres, a partir de 1970, no sistema de educação formal do Brasil. Contudo, a autora assinala que a análise descontextualizada destes números pode esconder outras desigualdades sociais nas escolas e universidades, assim como a não discriminação dos dados em relação a classe e raça, além da não consideração de aspectos como tempo de permanência nos estudos. Rosemberg (2001) também apresenta dados em que apenas alguns cursos anteriormente considerados masculinos (como direito e administração) passam a ter a forte presença feminina, enquanto na maioria dos outros cursos persiste a separação entre homens e mulheres nos ramos de ensino no Brasil. Sendo assim, segundo Rosemberg (2001) encontramos o aumento dos estudos sobre gênero na academia e a inserção de mulheres em espaços antes consagrados como exclusivamente masculinos, contudo, ainda perduram desigualdades acadêmicas através, por exemplo, da exclusão de determinadas áreas de conhecimento do Brasil.

As lésbicas, foco desta pesquisa, estão integradas a população e ao movimento LGBT, sendo, entretanto, silenciadas e não citadas em pesquisas, como a de Rosemberg (2001). Ao considerar as condições de permanência de mulheres lésbicas nas universidades e os dados sobre vulnerabilidade social já discutidos acima, este trabalho tem como objetivo conhecer como – e se – lésbicas aparecem em um determinado conjunto de pesquisas sobre Ensino Superior que adotem a categoria gênero.

Para empreender a análise, nos baseamos no conceito de heterossexualidade compulsória de Adrienne Rich (2010), além dos textos de Audre Lorde (s/d) sobre a relação entre opressões de gênero, raça e classe. Fundamentadas nestas autoras, exploramos a urgência da visibilidade lésbica no campo de produção acadêmica como estratégia de enfrentamento às opressões vividas por mulheres. Para tanto, lançamos mão de revisão bibliográfica, para a qual foram selecionados trabalhos publicados em anais de congressos. Isto posto, analisaremos a

seguir 8 trabalhos em que a a palavra lésbica aparece no corpo do texto, selecionados a partir deste corpus, a fim de discutir o lugar das lésbicas na produção acadêmica.

METODOLOGIA

Para o corpus de análise desta pesquisa, acessamos, através de *website online*, trabalhos em anais de três edições de três eventos de relevância nacional: Reunião Nacional da Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)³, Seminário Internacional Fazendo Gênero e Seminário Internacional Desfazendo Gênero. Foram encontradas 7043 mil obras publicadas, das quais 145 foram selecionadas, a partir da leitura dos títulos, conforme dois critérios: abordar gênero/feminismos e ser sobre o ensino superior. Os trabalhos cujos títulos geraram dúvidas tiveram seus resumos lidos a fim de confirmar sua aproximação ou não com o tema. A distribuição nas edições dos eventos pode ser conferida abaixo na Tabela 1:

Tabela 1 – Número de trabalhos selecionados na pesquisa, segundo edição do evento, Brasil, 2019.

EVENTO	ANO	LOCAL	ARTIGOS SELECIONADOS	TOTAL DE ARTIGOS
ANPED 36	2017	Goiânia - GO	3	327
ANPED 37	2015	Florianópolis- SC	3	512
ANPED 38	2013	São Luís - MA	4	520
Fazendo Gênero 9	2010	Florianópolis - SC	18	1125
Fazendo Gênero 10	2013	Florianópolis - SC	21	1304
MM & Fazendo Gênero 11	2017	Florianópolis - SC	57	1833
I Desfazendo Gênero	2013	Natal - RN	6	208
II Desfazendo Gênero	2015	Salvador – BA	17	759
III Desfazendo Gênero	2017	Campina Grande - PA	16	455
TOTAL			145	7043

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Ao ler os resumos dos trabalhos, foram anotadas pequenas descrições e palavras chaves sobre a natureza da pesquisa de cada um deles, nas quais foram feitas anotações sobre a presença de palavras relacionadas a homossexualidade e/ou lésbicas. Durante este percurso, agrupamos os artigos, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de análise dos artigos

Acesso e permanência na universidade	Produção Acadêmica
Ações na Universidade	Programas Mulheres nas Ciências

³ Trabalhos disponíveis nos sites dos eventos, respectivamente: <http://www.anped.org.br/reunioes-cientificas/nacional>, <http://www.fazendogenero.eventos.dype.com.br/> e <http://desfazendogenero.com.br/>.

Currículo	Quadro de docentes
Estudos sobre Políticas Públicas	Trajetórias Discentes
Percepções sobre gênero	Trajetórias Docentes

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Os resumos foram relidos sempre que as anotações não eram elucidativas e, em alguns casos, foi realizada leitura dinâmica e transversal do corpo do texto, de forma a entender um pouco mais dos trabalhos antes de classificá-los. Neste artigo, selecionamos a categoria Ações na Universidade, com o total de 16 trabalhos, dos quais 8 contém a palavra lésbica.

DESENVOLVIMENTO

Para pensar a presença das lésbicas nas produções acadêmicas, nos utilizamos do conceito de heterossexualidade compulsória, difundido em 1988 por Adrienne Rich. Rich (2010) afirma que a heterossexualidade se apresenta de maneira compulsória às mulheres, através da qual os homens exercem poder sobre elas. Nas relações heterossexuais, quando há uso de violência e crueldade, estas são vistas como “normais” e parte da sexualidade, tal qual a exploração do trabalho doméstico e do cuidado das crianças pelas mulheres. Por outro lado, as relações lésbicas são vistas como estranhas e doentias, desconsideradas como forma legítima de viver em sociedade. Assim, esta ideologia heterossexual busca conservar a ideia de que todas as mulheres são ou deveriam ser heterossexuais, apagando a possibilidade lésbica. Justamente por estas questões referidas anteriormente sobre a exploração social e mental especificamente das mulheres, se cria a “falta de privilégio econômico e cultural [das mulheres]” (RICH, 2010, p. 37). Desta forma, a autora pontua que a homossexualidade feminina se diferencia da homossexualidade masculina. Em outras palavras, embora ambas sejam sexualidades dissidentes, tomar como sinônimo a homossexualidade feminina e a homossexualidade masculina é o mesmo que apagar a existência lésbica.

Além disto, Rich (2010) argumenta que a ideologia da heterossexualidade valoriza mais as buscas e intenções masculinas culturalmente, ocultando tradições femininas e as próprias mulheres da história. Nesta direção, se faz relevante investigar como se constrói a presença das lésbicas em diferentes campos, afinal, conforme Rich (2010), esta invisibilidade imposta às mulheres, e principalmente às lésbicas, deve ser rompida como modo de enfrentamento às violências. Por esta razão, neste trabalho direcionaremos nosso olhar ao campo acadêmico sobre educação, relações de gênero e feminismos, a fim de entender qual a visibilidade das lésbicas no que tange à discussão de acesso e permanência universitária.

Ademais, Rich (2010) também considera que as violências vividas por mulheres não ocorrerem sempre igualmente, visto que são afetadas por seus diferentes pertencimentos sociais. Sobre esta discussão, Audre Lorde (s/d) afirma que as opressões vividas pelas mulheres não podem ser hierarquizadas ou separadas, fazendo com que, por exemplo, uma lésbica negra e periférica carregue, em todos os espaços e concomitantemente, aspectos relacionados às desigualdades de gênero, raça e classe social. Em relação a isto, Daniela Auad e Ana Luisa Cordeiro (2018), ao analisar a presença de mulheres cotistas negras lésbicas e bissexuais nas universidades, discutem como este ambiente busca reiterar a elas que este não é o seu lugar, “de modo a privilegiar homens, brancos e ajustados aos padrões reconhecidamente heterossexuais e capitalistas” (AUAD; CORDEIRO, 2018, p. 192). Desta forma, de acordo com estas autoras, ao pensar o acesso e permanência de lésbicas nas universidades, entendemos que as trajetórias estudantis das lésbicas serão influenciadas por questões de raça, classe, geração, entre outras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme explicitado acima, de um total de 10 categorias construídas no contexto da pesquisa, selecionamos para discussão a categoria de análise Ações na Universidade, com 16 trabalhos, de um total de 145 trabalhos. Assinalamos que a categorização dos artigos é resultado de escolhas feitas por nós e carregam no seu interior marcas das nossas próprias trajetórias enquanto pesquisadoras. Sendo assim, os trabalhos abaixo se aproximam por terem em comum a discussão de ações de enfrentamento às desigualdades de gênero dentro da universidade - predominantemente ações vinculadas a projetos de extensão - sem, entretanto, desconsiderar a sua diversidade no que tange a abordagens, metodologias e aportes teóricos. A fim de entender a presença das lésbicas na produção acadêmica, buscamos no interior dos artigos a palavra lésbica, bem como palavras derivadas desta, como lesbofobia, lesbianidade, entre outras, que resultaram em 8 trabalhos selecionados, os quais descreveremos a seguir.

Dos trabalhos, 4 apenas mencionam a palavra lésbica sem maior aprofundamento. É o caso de dois trabalhos publicados em 2017, nos anais do Desfazendo Gênero III. Um deles, de María del Carmen Acuña-Rodríguez, intitulado *Habitar (em) a burbuja universitária: a Universidad de Costa Rica como espaço de proteção para sua população LGBTI*, versa sobre iniciativas da comunidade acadêmica LGBT, como um evento com atividades acadêmicas, a inserção de disciplinas que discutem gênero e uma resolução que prevê o uso de nome social

para pessoas trans. A autora defende que estas ações tornam a Universidade da Costa Rica um lugar privilegiado para esta população. Neste artigo, a única palavra relacionada à lésbica é *lesbofobia*, em um trecho ao mencionar o dia “17 de maio como Dia Nacional contra a homofobia, lesbofobia e transfobia” (ACUÑA-RODRIGUEZ, 2017, p. 1389).

No mesmo evento, há o artigo de Sergio Luiz da Silva, *Uso e elaboração de material didático no PIBID-Francês - UFRJ: abordando raça, gênero e sexualidades*, em que o autor discute a dinâmica do PIBID em questão, considerando a elaboração de materiais, a formação docente de bolsistas e sua relação com aspectos identitários, como raça e gênero. Apesar da importância em considerar estas relações, o artigo se desenvolve majoritariamente através de relatos, sobrando pouco espaço para o aprofundamento destas questões ou análises das experiências. O autor menciona a presença de uma bolsista participante do projeto que é lésbica, afirmando que “em nenhum momento as subjetividades dos pesquisadoras/as foram consideradas irrelevantes” (p. 2851), no entanto, não explica como isto ocorreu, se limitando a descrever raça, sexualidade, religião e classe social dos/as participantes do PIBID, sem analisar em que sentido estes aspectos identitários influenciam na formação docente dos/as bolsistas. Cabe ressaltar que os aspectos de raça/etnia são um pouco mais aprofundados no artigo, discutindo o Francês como língua presente em diversos países africanos, de modo a defender a representação de pessoas negras nos materiais didáticos.

O artigo de Eloisa Slongo e Emylli Nascimento, intitulado *Assessoria jurídica universitária popular: o relatório de assassinatos LGBT e os crimes de ódio na paraíba*, publicado em 2015, no Desfazendo Gênero II, as autoras apresentam um projeto de assessoria jurídica popular ligado à universidade, com foco em um relatório sobre assassinatos LGBTs na Paraíba. Neste trabalho, a palavra lésbica aparece dentro do nome de um coletivo, citado como parte importante do movimento social do estado da Paraíba: *Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba Maria Quitéria*. Durante o texto, as autoras defendem a necessidade de distinção de crimes de ódio com a população LGBT sem, contudo, distinguir a população LGBT entre si, não fazendo considerações sobre raça, classe e, inclusive, sem marcar diferenças entre ser gay, lésbica, bissexual ou trans, aspectos que consideramos importantes na trajetória de vida, conforme discutido no início do presente artigo.

Nestes 3 trabalhos citados, a palavra lésbica aparece sem aprofundamento e sem distinção da homossexualidade masculina. Já em 4 artigos, aparece a palavra lésbica ou derivadas desta sempre em referência à população LGBT, como através da explicação da sigla, considerando que população LGBT é formada por diferentes sujeitos (lésbicas, gays,

bissexuais, transexuais e travestis). Dois artigos foram publicados no Desfazendo Gênero II, em 2015, e têm como foco a população trans. Um deles é de autoria de Márcia Santos, Guilherme Almeida e Andressa Abreu, intitulado *Espaços potentes: a extensão universitária como possibilidade de fortalecimento da ação profissional no campo interventivo*, que descreve a criação de um projeto de extensão do curso de Serviço Social em parceria com uma unidade de atenção especializada no processo transexualizador do hospital universitário Pedro Ernerto/UERJ. O outro, da pesquisadora Júlia Silva Vidal, se intitula *Extensão Universitária e Identidades Dissidentes: uma experiência concreta de reposicionamento crítico* e faz considerações sobre as ações implementadas pelo Programa de Pesquisa e Extensão 'Polos de Cidadania' da Faculdade de Direito e Ciências do Estado da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Assim sendo, estes 2 trabalhos fazem a distinção dos diferentes sujeitos da população LGBT em seus textos.

Dentro deste universo, nos chama atenção o trabalho de Marcelo Henrique de Miranda e Jose Wilson Fernandes Neto, *Pedagogias alternativas: des-construções de gênero e sexualidade no currículo universitário via estética fílmica*, publicado no Desfazendo Gênero II, 2015. Este artigo discute encontros que realizaram a análise de seis filmes do Projeto de Extensão Educação, Gênero e Sexualidade: *socialização do saber e formação de cidadania*, desenvolvido na Universidade Federal de Pernambuco. A palavra lesbofobia aparece no final do artigo, ao falar da necessidade “do fortalecimento do combate a homofobias, lesbofobias e transfobias” (p. 4). Destacamos que, dos seis filmes, nenhum deles tem como protagonistas mulheres lésbicas ou bissexuais, tão pouco pessoas que não sejam brancas. O artigo discute amplamente o binarismo de gênero, ao mesmo tempo em que não considera as violências de cunho misógeno e racista que sustentam este binarismo. Destacamos, desta forma, a ausência de representatividade de lésbicas, bissexuais e pessoas não brancas. Considerando que este é um projeto que versa, segundo o título do trabalho, sobre a “desconstrução de gênero e sexualidade”, nos parece importante questionar: quais desconstruções são prioridades deste projeto? Quem e de que forma se beneficia destas desconstruções?

A palavra lésbica aparece mais de uma vez no trabalho de Marcos de Souza, *O PIBID como espaço formativo de desarranjos, reinvenções e pluralizações dos gêneros e das sexualidades*, publicado nos anais da Reunião da Anped 37, em 2015. O autor seleciona trechos de entrevistas sobre o projeto do PIBID, trazendo a luz de análise quatro situações: a) pais receosos com a ideia de trabalhar gênero na escola; b) uma menina em um colégio evangélico que teve seu esmalte retirado, gerando uma discussão na turma e a pergunta de se era possível

mulheres beijarem mulheres; c) um menino que pedia para meninas abaixarem a calcinha, em que a avó do menino afirma que é melhor elas abaixarem a calcinha para ele do que serem lésbicas e; d) dois irmãos que fugiam dos padrões de gênero, o menino por usar um colã rosa e dançar e a menina por jogar futebol, cuja mãe não via problemas nestas ações. Ao incluir a discussão da possibilidade lésbicas em duas destas situações, este trabalho se sobressai na nossa pesquisa em relação aos outros que sequer consideram a existência de lésbicas. Entretanto, nas análises do autor é colocada em evidência a construção da masculinidade, equanto nas situações sobre relações entre mulheres não é discutida a imposição da heterossexualidade às mulheres ou a lesbianidade. Nestes casos, o autor foge da discussão de duas maneiras: generalizando as experiências lésbicas como iguais às experiências de homens gays, todos vistos como sexualidades desviantes de igual forma e; focando a análise nas professoras que vivenciaram a situação ao invés da possibilidade lésbica – ao contrário do que acontece nas situações com meninos, em que a masculinidade e a imposição da sexualidade são amplamente exploradas. O autor afirma, inclusive, que as professoras destacam a vigilância da masculinidade, quando, na realidade, nas falas apresentadas elas não fazem este destaque – este parece ser um destaque do pesquisador.

O último artigo que analisamos é o único que considera as identidades lésbicas em seu desenvolvimento e é de autoria de Tatiana Lionço, intitulado *Rodas de conversa e denúncia sobre violências em universidades: uma aposta no Teatro do Oprimido*, publicado no *Desfazendo Gênero III*, 2017. Neste trabalho, a autora relata as ações de um grupo de atuação dentro da universidade que trabalha com intervenções artísticas relacionadas a gênero, dentre as quais o Teatro do Oprimido e uma performance sobre vozes sileciadas. Durante o artigo, a pesquisadora marca as diferenças de raça e identidade sexual, destacando relatos de mulheres lésbicas e bissexuais que falam sobre objetificação sexual e exclusão social em ambientes acadêmicos. Além disto, destaca o suicídio de uma aluna lésbica que levou a comunidade LGBT se reunir e discutir possíveis ações. Cabe ressaltar que, apesar de não ser foco da análise, este é o único artigo dentro dos selecionados no presente trabalho em que a autora não ignora as vivências lésbicas e não as coloca no mesmo lugar do que a homossexualidade masculina, bem como faz considerações sobre outros aspectos identitários, principalmente raça/etnia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro de um corpus de 145 artigos, a partir da seleção da categoria criada para análise denominada Ações na Universidade, descrita no corpo deste trabalho, foram encontrados 16 trabalhos, dos quais metade não aparece a palavra lésbica ou derivadas desta. Sendo assim, com os 8 trabalhos restantes, realizamos descrição analítica.

As análises apontam que as lésbicas foram mencionadas de forma extremamente breve em 3 artigos, sem considerações sobre as vivências lésbicas. Estas menções foram realizadas através da nomenclatura de uma data contra lesbofobia, homofobia e transfobia; através da menção de que uma das bolsistas do projeto era lésbica e através da citação da existência de um coletivo lésbico.

Em outros 4 trabalhos, as lésbicas são mencionadas não apenas casualmente, mas marcando diferenciação em relação a homens gays, de modo a não colocar no mesmo lugar a homossexualidade feminina e masculina. Nestes trabalhos em questão, a falta de profundidade na discussão configuram apagamento da existência lésbica ao não dar espaço para visibilizá-la, principalmente no artigo de Marcelo Henrique de Miranda e Jose Wilson Fernandes Neto, em que as lésbicas são excluídas das discussões, e no artigo de Marcos de Souza, em que a análise da masculinidade e possibilidades homossexuais masculinas ganham força enquanto as análises sobre lesbianidades não. Apesar disso, a mera distinção já se faz importante pois, como afirma Adrienne Rich (2010), a heterossexualidade compulsória age de diferente maneira às mulheres, visto que “o reforço da heterossexualidade para as mulheres [age] como um meio de assegurar o direito masculino de acesso físico, econômico e emocional a elas” (p. 34), bem como a maneira que isto se dá terá influência de outros aspectos como raça/etnia, geração, maternidade, entre outros.

E, enfim, há a real consideração das lésbicas em somente 1 trabalho, escrito por Tatiana Lionço, cujo título é *Rodas de conversa e denúncia sobre violências em universidades: uma aposta no Teatro do Oprimido*. Trata-se de estudo sobre as lésbicas e as considerações sobre suas identidades e vivências sendo consideradas na discussão, de modo a dar voz e destacar relatos de mulheres lésbicas e bissexuais.

Sendo assim, cumpre destacar que, na maioria dos trabalhos, os discursos sobre LGBTs e homossexualidades não consideram as identidades lésbicas em suas pesquisas, bem como não parecem fazer parte da coleta de dados e das análises outros aspectos identitários e que dizem respeito ao modo interseccional de pensar como as questões de raça, gênero, identidade sexual,

geração e classe social constituem a diversidade não só da população LGBT, mas também entre as mulheres lésbicas. Assim, a maioria dos trabalhos acaba por colaborar para uma visão homogênea da população LGBT, o que, desde os primeiros olhares feministas sobre a realidade, pode corresponder a um olhar de exclusão e que considera como o todo apenas os homens, brancos, cis e de classe dominante. Enfim, há muito ainda o que ser estudado, pesquisado, escrito e analisado pelas mulheres lésbicas, sobre mulheres lésbicas e para as mulheres lésbicas. Mãos a obra!

REFERÊNCIAS

- ACUÑA-RODRÍGUEZ, María del Carmen. Habitar (em) a burbuja universitária: a universidad de costa rica como espaço de proteção para sua população LGBTI. In: DESFAZENDO GÊNERO, III, 2017, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFPB, 2017. p. 1385-1391.
- AUAD, Daniela; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. A interseccional idade nas políticas de ação afirmativa como medida de democratização da educação superior. *Eccos*, n. 45, p. 191-207, 2018.
- GGB–GRUPO, GAY DA BAHIA. *Mortes violentas de LGBT+ no Brasil: Relatório* 2018. Bahia: Grupo Gay da Bahia, [2019].
- LIONÇO, Tatiana. Rodas de conversa e denúncia sobre violências em universidades: uma aposta no teatro do oprimido. In: DESFAZENDO GÊNERO, III, 2017, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFPB, 2017. p. 2523-2526.
- LORDE, Audre. Não há Hierarquias de Opressão. In: *Textos escolhidos de Audre Lorde*. Difusão Herética Lesbofeminista, fanzine, p. 5-6, s/d.
- MIRANDA, Marcelo Henrique; FERNANDES NETO, Jose Wilson. Pedagogias alternativas: des-construções de gênero e sexualidade no currículo universitário via estética fílmica. In: DESFAZENDO GÊNERO, II, 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2015.
- PENALVO, Claudia; ZAGO, Luiz Felipe; KA, Sandro. À guisa de historicização dos movimentos sociais LGBT e ONG/Aids. In: PENALVO, Claudia; ZAGO, Luiz Felipe. (Orgs.). *Tá difícil falar sobre sexualidade na escola?* 2. ed. Porto Alegre: Somos, 2009, p. 09-23.
- PROJETO DE PESQUISA LESBOCÍDIO. *Lesbocídio: As histórias que ninguém conta*, 2018. Lesbocídios Nacionais. Disponível em: <<https://www.lesbocidio.com/lesbocidios-nacionais>>. Acesso em: 26 de jul. de 2019.
- RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e a existência lésbica. Trad. Carolos Guilherme do Vale. *Revista Bagoas*, n. 5, p.17-44, [1980] 2010.
- ROSEMBERG, Fúlvia. Educação formal, mulher e gênero no Brasil contemporâneo. *Revista estudos feministas*, v. 9, n. 2, p. 515-540, 2001.

SANTOS, Márcia; ALMEIDA, Guilherme; ABREU, Andressa. Espaços potentes: a extensão universitária como possibilidade de fortalecimento da ação profissional no campo interventivo. In: DESFAZENDO GÊNERO, II, 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2015.

SILVA, Sergio Luiz Baptista. Uso e elaboração de material didático no PIBID-Francês - UFRJ: abordando raça, gênero e sexualidades. In: DESFAZENDO GÊNERO, III, 2017, Campina Grande. **Anais...** Campina Grande: UFPB, 2017. p. 2848-2852.

SLONGO, Eloisa; NASCIMENTO, Emylli Tavares. Assessoria jurídica universitária popular: o relatório de assassinatos LGBT e os crimes de ódio na Paraíba. In: DESFAZENDO GÊNERO, II, 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2015.

SOUZA, Marcos. O PIBID como espaço formativo de desarranjos, reinvenções e pluralizações dos gêneros e das sexualidades. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO-ANPEd, 37, 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2015.

VIDAL, Júlia Silva. Extensão Universitária e Identidades Dissidentes: uma experiência concreta de reposicionamento crítico. In: DESFAZENDO GÊNERO, II, 2015, Salvador. **Anais...** Salvador: UFBA, 2015.